

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA

## PORTARIAS, PROVIMENTOS E OUTROS ATOS DA PRESIDÊNCIA

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 53, inciso XIV, da Lei estadual nº 12.342, de 28 de julho de 1994, e o art. 5º, inciso III, da Lei estadual nº 12.483, de 03 de agosto de 1995, e em conformidade com o Processo Administrativo nº 8515711-21.2011.8.06.0001,

**RESOLVE** exonerar, a partir de **25.08.11**, **TEREZA ERCÍLIA LIMA VIEIRA BARBOSA**, Matrícula nº 5570.1/3, do cargo em comissão de Direção Judiciária Superior de Diretor de Secretaria da 8ª Unidade do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Fortaleza, símbolo DJS-3.

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, em Fortaleza, aos **18 dias do mês de outubro de 2011**.

**Desembargador JOSÉ ARÍSIO LOPES DA COSTA**  
**PRESIDENTE**

PORTARIA Nº. 1495/2011 – A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE**, tendo em vista o Parágrafo Único do Art. 5º, Portaria nº 815/2009, publicada no Diário de Justiça do dia 05 de agosto de 2009, e em conformidade com o Processo Administrativo nº 8521450-75.2011.8.06.0000, designar **FERNANDO ANTÔNIO OLIVEIRA DE MELO**, Chefe do Serviço de Fiscalização de Obra, matrícula 33, para viajar à Comarca de Limoeiro do Norte, no dia 02 de setembro de 2011, concedendo-lhe 0,5 (meia) diária, no valor unitário de R\$ 100,00 (cem reais), totalizando **R\$ 50,00 (cinquenta reais)**, para realizar recebimento definitivo de obra de construção de fórum. REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. Secretaria de Administração do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, em Fortaleza, 30 de agosto de 2011.

**Jordete de Oliveira Franco Gomes**  
**SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO**

PORTARIA Nº. 1494/2011 – A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE**, tendo em vista o Parágrafo Único do Art. 5º, Portaria nº 815/2009, publicada no Diário de Justiça do dia 05 de agosto de 2009, e em conformidade com o Processo Administrativo nº 8521451-60.2011.8.06.0000, designar **FERNANDO ANTÔNIO OLIVEIRA DE MELO**, Chefe do Serviço de Fiscalização de Obra, matrícula 33, para viajar à Comarca de Quixeramobim, no período de 08 a 09 de setembro de 2011, concedendo-lhe 1,5 (uma e meia) diária, no valor unitário de R\$ 100,00 (cem reais), totalizando **R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais)**, para realizar recebimento definitivo de obra de reforma em residência oficial. REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. Secretaria de Administração do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, em Fortaleza, 05 de setembro de 2011.

**Jordete de Oliveira Franco Gomes**  
**SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO**

PORTARIA Nº. 1493/2011 – A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE**, tendo em vista o Parágrafo Único do Art. 5º, Portaria nº 815/2009, publicada no Diário de Justiça do dia 05 de agosto de 2009, e em conformidade com o Processo Administrativo nº 8521455-97.2011.8.06.0000, designar **TAUZER DE CASTRO E LIMA**, Divisão de Acompanhamento e Fiscalização, matrícula 3179, para viajar à Comarca de Nova Russas, no período de 04 a 05 de agosto de 2011, concedendo-lhe 1,5 (uma e meia) diária, no valor unitário de R\$ 100,00 (cem reais), totalizando **R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais)**, para realizar serviços de vistoria em residência oficial. REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. Secretaria de Administração do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, em Fortaleza, 01 de agosto de 2011.

**Jordete de Oliveira Franco Gomes**  
**SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO**

PORTARIA Nº. 1492/2011 – A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE**, tendo em vista o Parágrafo Único do Art. 5º, Portaria nº 815/2009, publicada no Diário de Justiça do dia 05 de agosto de 2009, e em conformidade com o Processo Administrativo nº 8521456-82.2011.8.06.0000, designar **FERNANDO ANTÔNIO OLIVEIRA DE MELO**, Chefe do Serviço de Fiscalização de Obra, matrícula 33, para viajar à Comarca de Itapipoca, no dia 21 de julho de 2011, concedendo-lhe 0,5 (meia) diária, no valor unitário de R\$ 100,00 (cem reais), totalizando **R\$ 50,00 (cinquenta reais)**, para participar de reunião de avaliação para a construção de fórum novo. REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. Secretaria de Administração do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, em Fortaleza, 20 de julho de 2011.

**Jordete de Oliveira Franco Gomes**  
**SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO**

### PROVIMENTO Nº 28, DE 18 DE OUTUBRO DE 2011

Institui, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará, a Comissão de Responsabilidade Socioambiental.

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso II, do art. 5º, da Lei Estadual nº 12.483, de 3 de agosto de 1995,

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 23, inciso VI, e no art. 170, inciso VI, ambos da Constituição Federal, que asseguram a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e instituem o dever de defendê-lo e preservá-lo;

**CONSIDERANDO** os termos da Recomendação nº 11 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, de 22 de maio de 2007, que atribui aos Tribunais a responsabilidade de adotar políticas públicas, visando à formação e à recuperação de um ambiente ecologicamente equilibrado, como também de instituir comissões ambientais para o planejamento, elaboração e acompanhamento de medidas, com fixação de metas anuais, para a preservação e recuperação do meio ambiente;

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 3º, inciso III, da Lei Estadual nº 14.892, de 31 de janeiro de 2011, que estabeleceu a política estadual de educação ambiental, incentivando a participação de todos na construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada;

**CONSIDERANDO** a efetiva influência do Poder Público na atividade econômica, na condição de importante consumidor e usuário de recursos naturais;

**CONSIDERANDO** que “Promover a Cidadania” é um objetivo estratégico para o Poder Judiciário Nacional, conforme o art. 1º, inciso IV, alínea “c”, da Resolução nº 70, do CNJ, de 18 de março de 2009;

**CONSIDERANDO** que “Exercer a Responsabilidade Socioambiental” é um objetivo do Plano Estratégico do Poder Judiciário, nos termos da Resolução nº 02, de 21 de janeiro de 2010, do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará;

**CONSIDERANDO** a necessidade de agentes disseminadores de ações socioambientais no âmbito do Poder Judiciário cearense,

**RESOLVE:**

Art. 1º Instituir, em caráter permanente, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará, a Comissão de Responsabilidade Socioambiental.

Art. 2º A Comissão ora instituída tem por objetivo planejar, implementar, coordenar e divulgar ações relacionadas ao contexto socioambiental, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará, observando as diretrizes contidas, em especial, nas Recomendações nº 11/2007 e nº 27/2009 e, ainda, nas Resoluções nº 70/2009 e nº 114/2010, todas do CNJ.

Art. 3º São atribuições da Comissão Permanente de Responsabilidade Socioambiental:

I – definir projetos e atividades, no intuito de sensibilizar, conscientizar, mobilizar e integrar magistrados, servidores, terceirizados e demais colaboradores para a adoção de práticas que promovam o exercício dos direitos sociais, a gestão adequada dos resíduos gerados, o incentivo ao combate de todas as formas de desperdícios dos recursos naturais e a inclusão de critérios socioambientais nos investimentos, compras e contratações de serviços;

II – monitorar e avaliar os resultados das ações desenvolvidas, com vistas ao replanejamento e à implementação de melhorias nas ações sociais e ambientais;

III - realizar trabalhos em número suficiente ao cumprimento das metas anuais fixadas no Plano Estratégico do Poder Judiciário cearense;

IV - pesquisar, em outras instituições públicas e privadas, boas práticas de gestão socioambiental, que possam ser implementadas no âmbito do Poder Judiciário local, uma vez submetidas à apreciação da Comissão ora instituída;

V - determinar e acompanhar a observância de padrões de consumo pelo Tribunal que levem em consideração o tripé básico da sustentabilidade, qual seja, o ambientalmente correto, o economicamente viável e o socialmente justo;

VI - trabalhar, junto à Assessoria de Comunicação, para a divulgação das medidas ambientais adotadas e lançamento de campanhas vinculadas às ações em desenvolvimento; e

VII – cadastrar, junto ao Poder Judiciário cearense, em relação a ser publicada no Diário da Justiça eletrônico, adeptos à causa para atuarem como agentes multiplicadores em suas unidades, disseminando as ações propostas pela Comissão Permanente de Responsabilidade Socioambiental.

Art. 4º A Comissão de Responsabilidade Socioambiental terá a seguinte composição:

I – 01 (um) Desembargador do Tribunal de Justiça, a quem caberá a supervisão dos trabalhos;

II – O Secretário de Administração do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, a quem caberá a coordenação dos trabalhos;

III – até 06 (seis) representantes do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, 03 (três) dos quais vinculados aos Departamentos da Secretaria de Administração, por possuírem maior afinidade com a matéria disciplinada neste Provimento;

IV – até 03 (três) representantes da Comarca de Fortaleza, incluindo o Fórum Clóvis Beviláqua e os Juizados Especiais;

V – 01 (um) representante da Assessoria Institucional; e

VI – 01 (um) representante da Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará (Esmec).

§ 1º Os servidores das Comarcas do Interior do Estado do Ceará que manifestarem interesse em compor a Comissão de que trata o vertente Provimento deverão contactar a Coordenação.

§ 2º Os membros que irão compor a Comissão tratada neste Provimento deverão exercer suas atividades sem prejuízo de suas funções originárias.

§ 3º O Presidente do Tribunal de Justiça expedirá portaria designando os integrantes citados nos itens I, III, IV, V e VI deste artigo.

Art. 5º Para a consecução dos objetivos ora propostos, a Comissão buscará parcerias com órgãos, empresas privadas e entidades afins no âmbito local, regional e nacional, por meio da proposição e elaboração de convênios, que contribuam para o desenvolvimento das ações ambientais.

Art. 6º As reuniões da Comissão de Responsabilidade Socioambiental serão:

I - ordinárias, realizadas mensalmente;

II - extraordinárias, quando convocadas por quaisquer de seus membros.

Art. 7º Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação.

**PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, em Fortaleza, aos 18 de outubro de 2011.

**Desembargador José Arísio Lopes da Costa**  
**PRESIDENTE**